

SODIM, S.G.P.S., S.A.

Relatório de Gestão e Contas
Exercício de 2005

“A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do disposto no nº 3 do art. 250º do Código dos Valores Mobiliários, dispensou a publicação das contas individuais. Os documentos de prestação de contas alvo desta dispensa encontram-se disponíveis para consulta, juntamente com os restantes, na sede desta Sociedade, de acordo com o estabelecido pelo Código das Sociedades Comerciais”.

Índice

	Páginas
RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2
Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2005	7
Demonstração dos Resultados Consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004	8
Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2005 e 2004	9
Demonstração dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004	10
Mapa de alterações dos capitais próprios consolidados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004	11
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas IFRS	
1. Actividade económica do Grupo Sodim	12
2. Principais Políticas Contabilísticas	12
3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras	18
4. Políticas de gestão de risco financeiro	20
5. Prestação de serviços	21
6. Outros proveitos	22
7. Custo das matérias consumidas	22
8. Fornecimento e serviços externos	22
9. Custos com o pessoal	23
10. Outros custos	24
11. Amortizações	24
12. Provisões do exercício	24
13. Ganhos/(perdas) em associadas	25
14. Proveitos/(custos) financeiros	25
15. Provisão para impostos sobre lucros	25
16. Activos fixos tangíveis	26
17. Activos intangíveis	27
18. Investimentos financeiros em associadas	27
19. Impostos diferidos activos e passivos	28
20. Inventários	29
21. Clientes	29
22. Devedores e outros activos	30
23. Impostos a receber	30
24. Caixa e disponibilidades em bancos	31
25. Capital	31
26. Reservas	31
27. Empréstimos	32
28. Benefícios aos empregados	34
29. Provisões para riscos e encargos	34
30. Impostos a pagar	35
31. Credores e outros passivos	35
32. Derivados de cobertura	36
33. Compromissos	36
34. Transição e Implementação das contas “International Financial Reporting Standards”	36
35. Reconciliação dos Balanços e das Demonstrações de resultados estatutários com Pro-forma com referência a 31 de Dezembro de 2004 e a 31 de Dezembro de 2004	39
36. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	40
37. Partes relacionadas	41
38. Relato financeiro por segmentos de negócio	42
Certificação legal de contas e Relatório de auditoria	43



SODIM, SGPS, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REFERENTE ÀS CONTAS CONSOLIDADAS

Exmos. Senhores Accionistas,

De acordo com a lei e os estatutos, apresentamos a seguir o Relatório e Contas referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

A conjuntura internacional manteve, no ano em análise, uma evolução favorável que se traduziu num elevado crescimento da economia mundial, superior a 4%. Os EUA e o bloco dos grandes países emergentes – China e Índia – continuaram a ser os principais responsáveis por este bom desempenho global.

No que diz respeito à União Europeia a taxa de crescimento foi de 1,4%, continuando a sua evolução a contrastar com o desempenho internacional, sendo ainda de realçar o facto de o BCE ter aumentado em 1 de Dezembro de 2005 e em 2 de Março de 2006 a sua taxa de referência em 0,25 p.p., cotando-se actualmente em 2,50%.

No referente a Portugal verificou-se um cenário praticamente de estagnação, com um crescimento unicamente de 0,3%, aumentando assim a nossa divergência relativamente aos restantes países da União.

Após as Eleições Gerais de Fevereiro de 2005, o novo Governo apresentou em Bruxelas, e foi aprovado, um programa de redução do défice para um valor inferior a 3% em 2008. Para atingir este objectivo, independentemente de se ter verificado um aumento da carga fiscal total, nomeadamente o aumento da taxa normal do IVA de 19 para 21 por cento em Julho, o Executivo propôs-se concretizar uma série de necessárias reformas, nomeadamente no referente ao Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado. O necessário esforço de contenção do défice limitou e limitará nos anos mais próximos a acção do Governo em termos de incentivo ao crescimento económico.

Como sociedade gestora de participações sociais os resultados da SODIM reflectem essencialmente o desempenho das suas participadas ao longo do ano de 2005.

Assim, importa analisar a forma como se desenvolveu a actividade das empresas participadas e o impacto de cada uma no Resultado Líquido da Sociedade.

Relativamente à SEMAPA-Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. é de salientar que, no exercício de 2005, apresentou um Resultado Líquido Consolidado de 334 milhões de euros, muito superior ao registado em 2004, variação que incorpora as mais-valias obtidas na venda da participação na Enersis. No que diz respeito à actividade operacional consolidada a SEMAPA apresentou um total de Vendas e Prestações de Serviços de 1.530 milhões de euros, aproximadamente o dobro do registado no ano anterior, em grande parte pelo facto de pela primeira vez reflectir um exercício completo de actividade da PORTUCEL, adquirida pela SEMAPA no exercício de 2004.



SODIM, SGPS, S.A.

No que diz respeito à actividade hoteleira, pela importância que tanto o HOTEL RITZ como o HOTEL VILLA MAGNA têm na actividade operacional da SODIM, é de realçar aquilo que de mais importante se registou em 2005 nestas unidades.

Quanto ao HOTEL RITZ, para além das condições macroeconómicas adversas, o HOTEL RITZ foi especialmente afectado pelas obras de construção do Túnel do Marquês que não permitiram concretizar muitos dos potenciais contratos celebrados com clientes.

Também contribuiu negativamente para o desempenho do HOTEL RITZ o facto de nos EUA os grandes operadores de viagens de incentivos continuarem a trabalhar preferencialmente para o mercado interno e de terem sido impostas limitações na realização de congressos organizados pela indústria farmacêutica. As situações adversas antes referidas fizeram com que a taxa de ocupação fosse em 2005 uma das mais baixas de sempre, apenas a comparável com a registada no ano de 1994, fixando-se em 37%, menos 8 pontos percentuais do que no exercício anterior, tendo o preço médio do quarto diminuído aproximadamente 9% para 253 euros. Face a esta evolução as receitas dos quartos diminuíram em cerca de 25%, tendo a quota de mercado no conjunto dos principais hotéis de cinco estrelas da cidade de Lisboa diminuído relativamente ao ano anterior.

Como consequência ainda do encerramento do Snack Bar Ritz, as receitas de restauração do HOTEL RITZ registaram um decréscimo de 2% relativamente ao ano de 2004. Não considerando o Snack Bar Ritz, apesar das condicionantes antes referidas, as receitas de restauração aumentaram 2,7% em resultado de uma melhoria generalizada no desempenho desta área de negócio.

Relativamente às restantes receitas da actividade hoteleira é de salientar o aumento significativo das provenientes do SPA que registaram um aumento de 120%, atingindo um valor de facturação de 650 mil euros.

No que diz respeito aos investimentos realizados que ascenderam no exercício em análise a, aproximadamente, 1,65 milhões de euros, é de salientar a construção de um Fitness Center no terraço do Hotel, a conclusão dos trabalhos de aproveitamento de um espaço para copa de apoio ao Bar e às Salas dos Rios, os trabalhos de impermeabilização e a actualização dos elevadores de serviço. O valor do investimento inclui ainda a renovação do equipamento hoteleiro e operacional necessário à manutenção da qualidade exigível a um hotel líder de mercado.

O esforço financeiro decorrente destes investimentos, embora significativo, decorre de uma estratégia de longo prazo iniciada há já alguns anos que tem permitido manter o HOTEL RITZ como um padrão de referência na hotelaria nacional e internacional, reconhecido pelos clientes e por revistas internacionais da especialidade.

Durante o ano em análise continuámos a contar com a gestão operacional da Four Seasons Hotels and Resorts consubstanciada através de um contrato de gestão que mantemos desde 1997.

Quanto ao HOTEL VILLA MAGNA verificou-se uma melhoria do nível de actividade comparativamente com o ano anterior. A taxa de ocupação aumentou 6 pontos percentuais relativamente a 2004, fixando-se em 61,4%, e o preço médio do quarto diminuiu para 251 euros, ou seja, menos 1% que no ano transacto. Em consequência desta evolução as receitas dos quartos cresceram 9%, tendo no entanto mantido, relativamente ao ano anterior, a quota de mercado no conjunto dos principais hotéis concorrentes da cidade de Madrid.

Apesar do aumento da taxa de ocupação, as receitas de restauração do HOTEL VILLA MAGNA mantiveram-se praticamente inalteradas relativamente às do ano de 2004, sendo no entanto de



SODIM, SGPS, S.A.

realçar uma diminuição de 3,5% registada na sub-área de restauração Banquetes, compensada com aumentos de 10% e 22%, respectivamente, nas sub-áreas de restauração Bar Hall e Mini Bar.

As restantes receitas da actividade hoteleira, tais como as provenientes de chamadas telefónicas, de serviços de lavandaria e de estacionamento aumentaram, no seu conjunto, cerca de 7,5% relativamente ao ano anterior.

Note-se que o controlo de toda a operação hoteleira é efectuado pela Hyatt International ao abrigo de um contrato de gestão cujo prazo terminou em 15 de Março de 2005, entretanto prorrogado até que as partes decidam de maneira diferente.

Como já tem sido referido em anos anteriores verifica-se uma certa perca de competitividade relativamente aos hotéis concorrentes, em consequência do desgaste significativo da propriedade face à ausência de uma política de investimentos de renovação, no período anterior à aquisição do HOTEL VILLA MAGNA. Com o objectivo de contrariar esta tendência, no decurso do ano de 2005, continuaram a desenvolver-se os trabalhos preparatórios, nomeadamente junto das entidades oficiais, para a implementação de um vasto programa de renovação dos quartos e das zonas públicas, de forma a garantir a qualidade necessária à obtenção de um maior sucesso comercial.

Durante o ano de 2005, foram efectuados alguns investimentos urgentes, num total de 368 mil euros, relativos a remodelações de quartos e de salas de reuniões e à alteração do local da sala de informática.

No que diz respeito à CAPITAL HOTELS, B.V., tratando-se de uma sociedade veículo de investimento, não teve actividade significativa.

Relativamente às participadas GALERIAS RITZ Imobiliária, S.A. e PARQUE RITZ Imobiliária, S.A. conforme referido no relatório de gestão do ano anterior importa salientar que, no decurso de 2004, foi aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa o projecto de arquitectura relativo ao desenvolvimento de um empreendimento imobiliário, a realizar no local actualmente ocupado pelas Galerias Ritz; no entanto, em consequência de uma proposta de classificação do Hotel Ritz por parte do IPPAR, o processo de licenciamento foi suspenso durante vários meses, o que motivou um significativo atraso no início do desenvolvimento do projecto. Para além deste facto, durante o exercício em análise, estas duas participadas mantiveram a exploração das lojas e do parque de estacionamento de que a primeira é proprietária.

A SODIMPARQUE-Parqueamento e Garagens, Lda. manteve a exploração dos parques de estacionamento existentes no Quarteirão Ritz, assim como um outro existente na Rua Filipe Folque, em Lisboa, tendo contribuído positivamente para o resultado da sociedade apresentando um volume de negócios de aproximadamente 467 mil euros, inferior em 5% ao registado em 2004, variação que decorre das obras do túnel das Amoreiras e do encerramento do Snack-Bar do Ritz.

A sociedade manteve inalterada a sua participação na SEMAPA-Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. a qual, no decurso de 2005, distribuiu dividendos no valor de 11 cêntimos por acção.

As Receitas Operacionais Consolidadas da Sociedade atingiram cerca de 37 milhões de euros, correspondendo, na sua maior parte a Vendas e Prestação de Serviços provenientes, essencialmente, da HOTEL RITZ, S.A. e da HOTEL VILLA MAGNA, S.L., sendo o resultado operacional bruto de 5,6 milhões de euros. É ainda de salientar os Ganhos Financeiros de aproximadamente 74 milhões de euros decorrentes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial à participação na SEMAPA-Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A..



SODIM, SGPS, S.A.

Os saldos dos empréstimos contraídos totalizavam na data do encerramento do exercício 130,5 milhões de euros, tendo diminuído relativamente ao ano anterior em cerca de 2,2 milhões de euros, e correspondia a:

- SODIM, SGPS, S.A.
 - Empréstimo Obrigacionista 32,4 milhões de euros
- HOTEL RITZ, S.A.
 - Empréstimo Hipotecário junto do Banco Eurohypo 32,2 milhões de euros
 - Empréstimo junto do Fundo de Turismo ou em regime de protocolo com este Fundo 0,5 milhões de euros
 - Dívidas de curto prazo a Instituições Financeiras 1,5 milhões de euros
- VILLA MAGNA, S.L.
 - Empréstimo Hipotecário junto do Banco Eurohypo 63,4 milhões de euros
 - Dívidas de curto prazo a Instituições Financeiras 0,5 milhões de euros

No referente ao ano de 2006, as previsões apontam para que a economia mundial mantenha um crescimento sustentado, graças sobretudo à pujança da economia norte americana e dinamismo das economias chinesa e indiana. Em contrapartida a zona Euro não deverá ultrapassar um acréscimo de 1,5% do PIB.

Mantêm-se ainda elevados factores de risco, nomeadamente a cotação do dólar, devido aos défices gémeos dos EUA, o preço do petróleo, o aumento das taxas de juro decorrentes do necessário controlo da inflação e instabilidade geo-política potenciais causadores de acções terroristas.

Quanto à evolução da economia portuguesa e após a estagnação em 2005, prevê-se uma retoma ténue – crescimento da ordem de 0,7% de PIB em 2006 – e prolongada. De facto, a economia nacional só deverá regressar a taxas de crescimento da ordem dos 2% em 2008 devendo manter-se até lá em nítida divergência com a UE.

Apesar deste cenário macroeconómico, face ao impacto que os excelentes resultados da participada SEMAPA-Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. tiveram no exercício de 2005, leva-nos a prever uma redução dos lucros no ano de 2006.

Nos termos da lei, informa-se que a Sociedade não detém acções próprias e que não existem verbas em mora ao “Estado e Outros Entes Públicos”.

Atendendo a que o resultado consolidado apurado no exercício está fortemente influenciado pela aplicação do método de equivalência patrimonial à participação na SEMAPA-Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., propomos que o lucro consolidado de 68.678.321,31 euros (apurado segundo o normativo IFRS), seja aplicado da seguinte forma:

Para Reserva Legal	1.912.094,89 euros
Para Reservas Livres	47.924.916,09 euros
Para Resultados Transitados	15.776.990,33 euros
Para Dividendos	3.064.320,00 euros



SODIM, SGPS, S.A.

A terminar não queremos deixar de manifestar o nosso agradecimento ao Conselho Fiscal pela colaboração valiosa e dedicada, bem como a todos aqueles que, ao longo do ano, contribuíram para os resultados obtidos.

Lisboa, 17 de Março de 2006

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira, Presidente
Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos
Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva
Carlos Eduardo Coelho Alves
Álvaro Manuel Ricardo Nunes



SODIM, SGPS, S.A.

Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2005
(Inclui a certificação legal de contas e relatório de auditoria)



SODIM, SGPS, S.A.

Demonstração dos Resultados Consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

	Notas	Euros	
		31.Dez.2005	31.Dez.2004
Prestação de serviços	5	35.842.582,76	38.553.239,67
Outros proveitos	6	964.591,74	255.940,13
		36.807.174,50	38.809.179,80
Custo das matérias consumidas	7	-3.565.011,10	-3.742.244,81
Fornecimentos e serviços de terceiros	8	-11.151.405,28	-11.994.490,30
Custos com pessoal	9	-15.911.824,05	-16.562.134,67
Outros custos	10	-625.110,21	-405.081,67
		-31.253.350,64	-32.703.951,45
		5.553.823,86	6.105.228,35
Amortizações	11	-6.291.134,98	-9.724.207,36
Provisões	12	-162.000,00	-472.920,00
		-899.311,12	-4.091.899,01
Ganhos/(perdas) em associadas	13	73.751.771,06	41.803.235,95
Proveitos financeiros	14	176.542,50	228.773,84
Custos financeiros	14	-5.192.552,84	-5.767.115,22
Resultados antes de impostos		67.836.449,60	32.172.995,56
Imposto sobre lucros	15	841.871,71	1.385.575,26
Resultado líquido		68.678.321,31	33.558.570,82
Resultado por acção básico/diluído	25	25,10	12,27



SODIM, SGPS, S.A.

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

		Euros	
	Notas	31.Dez.2005	31.Dez.2004
ACTIVO			
Activos fixos tangíveis	16	137.031.846,01	141.194.079,93
Activos intangíveis	17	2.718.233,00	2.863.933,00
Investimentos financeiros em associadas	18	155.207.187,00	85.218.689,94
Impostos diferidos activos	19	2.467.838,00	2.193.976,00
Total de activos não correntes		297.425.104,01	231.470.678,87
Inventários	20	847.250,57	798.276,85
Clientes	21	1.929.922,73	1.716.105,70
Devedores e outros activos	22	530.066,02	456.782,59
Derivados de cobertura	32	15.539,00	50.153,00
Impostos a receber	23	159.711,62	179.415,82
Caixa e disponibilidades em bancos	24	9.712.349,84	11.063.710,22
Total de activos correntes		13.194.839,78	14.264.444,18
Total do activo		310.619.943,79	245.735.123,05
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital social	25	32.832.000,00	32.832.000,00
Reservas	26	64.655.887,24	37.923.910,07
Resultados acumulados		-4.469.699,19	-10.077.351,84
Resultado líquido		68.678.321,31	33.558.570,82
Total dos capitais próprios		161.696.509,36	94.237.129,05
PASSIVO			
Empréstimos obtidos	27	123.766.149,09	125.288.448,73
Benefícios aos empregados	28	679.503,00	651.137,00
Provisões para riscos e encargos	29	788.869,00	1.216.429,00
Impostos diferidos passivos	19	12.038.673,00	12.622.318,00
Total de passivos não correntes		137.273.194,09	139.778.332,73
Empréstimos obtidos	27	3.586.155,36	3.890.704,92
Impostos a pagar	30	928.479,25	943.227,13
Credores e outros passivos	31	7.135.605,73	6.885.729,22
Total dos passivos correntes		11.650.240,34	11.719.661,27
Total do passivo		148.923.434,43	151.497.994,00
Total dos capitais próprios e passivo		310.619.943,79	245.735.123,05



SODIM, SGPS, S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

	Euros	
	Exercícios	
	2005	2004
Actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	36.155.629,33	38.013.641,73
Pagamentos a fornecedores	-15.281.262,14	-15.651.793,58
Pagamentos ao pessoal	-16.012.018,05	-16.420.656,00
	<u>4.862.349,14</u>	<u>5.941.192,15</u>
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-52.941,73	-5.054,00
Outros recebimentos/pagamentos relativos actividade operacional	-391.453,82	11.953,77
	<u>-444.395,55</u>	<u>6.899,77</u>
Fluxo das actividades operacionais	<u>4.417.953,59</u>	<u>5.948.091,92</u>
Actividades de investimento		
Recebimentos provenientes:		
Outros		32.758,00
Imobilizações corpóreas	42.300,00	10.500,00
Juros e proveitos similares	164.258,47	173.004,00
Dividendos	2.872.650,00	2.587.860,00
	<u>3.079.208,47</u>	<u>2.804.122,00</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas	-1.982.510,50	-2.837.054,33
Imobilizações incorpóreas		
	<u>-1.982.510,50</u>	<u>-2.837.054,33</u>
Fluxo das actividades de investimento	<u>1.096.697,97</u>	<u>-32.932,33</u>
Actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Outros empréstimos	14.036,88	
	<u>14.036,88</u>	
Pagamentos respeitantes a:		
Outros empréstimos	-2.825.965,57	-1.481.655,40
Juros e custos similares	-4.292.950,18	-3.325.434,87
Dividendos	-348.727,61	-322.180,00
	<u>-7.467.643,36</u>	<u>-5.129.270,27</u>
Fluxo das actividades de financiamento	<u>-7.453.606,48</u>	<u>-5.129.270,27</u>
Variação de caixa e seus equivalentes	-1.938.954,92	785.889,32
Caixa e equivalentes no início do período	11.063.710,27	10.277.820,90
Caixa e equivalentes no fim do período (*)	9.124.755,35	11.063.710,22

(*) Ver nota 24 das demonstrações financeiras que detalha a composição da rubrica "Caixa e disponibilidades em bancos"



SODIM, SGPS, S.A.

Mapa de alterações dos capitais próprios consolidados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

	Euros					
	Total dos Capitais próprios	Capital social	Reserva legal	Reservas	Resultados acumulados	Resultado líquido
Saldos em 1 de Janeiro de 2004	63.601.140,32	32.832.000,00	2.848.363,52	34.922.667,58	-7.001.890,78	
Variações no capital próprio em 2004						
Constituição de reserva legal			280.837,83		-280.837,83	
Constituição de reserva livres				2.071.105,14	-2.071.105,14	
Dividendos pagos	-328.320,00				-328.320,00	
Movimentação nos capitais próprios da associada	-2.199.064,00			-2.199.064,00		
Variação do justo valor dos instrumentos de cobertura	-395.198,09				-395.198,09	
Resultado líquido do exercício	33.558.570,82					33.558.570,82
Balanço em 31 de Dezembro de 2004	94.237.129,05	32.832.000,00	3.129.201,35	34.794.708,72	-10.077.351,84	33.558.570,82
Variações no capital próprio em 2005						
Constituição de reserva legal			1.525.103,76		-1.525.103,76	
Constituição de reserva livres				26.097.494,41	-26.097.494,41	
Dividendos pagos	-328.320,00				-328.320,00	
Equivalência patrimonial SEMAPA	-890.621,00			-890.621,00		
Resultados acumulados					33.558.570,82	-33.558.570,82
Resultadto do exercicio	68.678.321,31					68.678.321,31
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	161.696.509,36	32.832.000,00	4.654.305,11	60.001.582,13	-4.469.699,19	68.678.321,31

1. Actividade económica do Grupo Sodim

A Sodim, SGPS,SA com sede na Rua Castilho, 77, A, Lisboa resultou de uma operação de reestruturação da Sociedade de Investimentos Imobiliários, Sodim, SA concretizada em 21 de Dezembro de 1998 e tem por objecto social a gestão de participações sociais noutras Sociedades, nomeadamente na SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA, Hotel Ritz, SA e ainda, de forma indirecta, na Hotel Villa Magna, SL.

Durante o exercício de 2002 e relativamente à actividade hoteleira a SODIM consolidou a operação de Espanha, concretizando o projecto de fusão conforme fora deliberado, fundindo-se as três sociedades Espanholas numa só, dando origem à Sociedade HOTEL VILLA MAGNA, SL.

Participação na SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA

No decurso do exercício de 1994 a SODIM, em conjunto com outras empresas, participou indirectamente no concurso de privatização da Secil e da CMP através da realização de um investimento financeiro na SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SA que lhe conferiu uma posição accionista correspondente a 21,13% do capital social. Já no ano de 2003 reforçou a sua posição na estrutura accionista da Semapa com a aquisição de aproximadamente mais 1% do respectivo capital social.

Actividade Hoteleira em Portugal

Em 28 de Agosto de 1953 foi constituída a Sociedade de Investimentos Imobiliários SODIM, S.A.R.L., com um capital social de 30.000 contos e dez sócios (cada com uma quota de 3.000 contos, equivalente a 10%), com o objectivo de construir uma unidade hoteleira de grande luxo na cidade de Lisboa, o Hotel Ritz inaugurado em 25 de Novembro de 1959. Desde essa data que a SODIM mantém a propriedade do Hotel Ritz, inicialmente de forma directa e mais tarde, após a operação de reestruturação da Sociedade de Investimentos Imobiliários, Sodim, SA concretizada em 21 de Dezembro de 1998, através de uma participação na sociedade Hotel Ritz, SA.

A gestão operacional do Hotel Ritz é assegurada pela Four Seasons Hotels & Resorts consubstanciada através de um contrato de gestão que se mantém desde 1997.

Actividade Hoteleira em Espanha

A SODIM registou uma evolução significativa consubstanciada na aquisição indirecta do HOTEL VILLA MAGNA em Madrid, no dia 14 de Novembro de 2001. Para a concretização desta operação a SODIM constituiu duas novas sociedades, a VILLA INVERSIONES HOTELERAS, S.L. e a CAPITAL HOTELS B.V., sendo a primeira de direito espanhol e a segunda de direito holandês que adquiriram, em partes iguais, a totalidade do capital social da VILLA MAGNA INVERSIONES HOTELERAS, S.A. que, por sua vez, era a única accionista da sociedade HOTEL VILLAMAGNA, S.A.. O preço líquido desta aquisição foi pouco superior a 80 milhões de euros, tendo sido possível obter da parte da entidade vendedora um diferimento de três anos no pagamento de 50% do preço. Para concretização desta operação foi necessário proceder à montagem de uma complexa engenharia financeira, recorrendo a instituições de crédito internacionais.

O controlo de toda a operação hoteleira é efectuado pela Hyatt International ao abrigo de um contrato de gestão cujo prazo terminava em 15 de Março de 2005, entretanto prorrogado.

2. Principais Políticas Contabilísticas

a) Bases de apresentação

Até 31 de Dezembro de 2004, inclusive, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo SODIM foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo SODIM ("Grupo") passaram a ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") a partir do exercício de 2005. Nessa base, com efeito a 1 de Janeiro de 2005 estas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em conformidade com os IFRS, tal como adoptados na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo SODIM agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2005.

Considerando que até 31 de Dezembro de 2004, o Grupo preparou as suas demonstrações financeiras de acordo com os PCGA em Portugal, as demonstrações financeiras para o exercício findo naquela data, apresentadas neste relatório, foram preparadas de acordo com os IFRS pra efeitos meramente comparativos.

SODIM – SGPS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas IFRS
para os exercícios findos em 2005 e 2004

As demonstrações financeiras estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3 às demonstrações financeiras (Principais estimativas e julgamentos utilizados na preparação das demonstrações financeiras).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 17 de Março de 2006.

Transição para os IFRS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de Dezembro de 2005 e na determinação dos ajustamentos de transição, o Grupo decidiu adoptar certas regras de transição estabelecidas no IFRS 1 – *Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro*, nomeadamente no que se refere à aplicação retrospectiva dos IFRS.

O IFRS 1 permite certas isenções à aplicação retrospectiva dos IFRS. De entre as isenções permitidas, o Grupo elegeu adoptar as seguintes:

(i) *Concentrações de actividades empresariais;*

O Grupo decidiu não aplicar retrospectivamente o IFRS 3 – *Concentrações de Actividades Empresariais*. Assim, as concentrações de actividades empresariais do Grupo anteriores a 1 de Janeiro de 2004, mantêm-se contabilizadas de acordo com as anteriores regras contabilísticas aplicadas pelo Grupo.

(ii) *Valorização dos activos fixos tangíveis;*

Conforme opção permitida pelo IFRS 1, o Grupo decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis, na data da transição (1 de Janeiro de 2004), o seu valor reavaliado, determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual é semelhante ao custo mensurado de acordo com os IFRS ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços.

Com excepção das situações acima referidas, o Grupo adoptou retrospectivamente os restantes IFRS.

Uma análise dos impactos da transição para os IFRS na situação financeira do Grupo e nos resultados das suas operações é apresentada na Nota 34.

b) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados da SODIM, SGPS, S.A. e das suas subsidiárias (“Grupo” ou “Grupo SODIM”), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente, desde o momento em que o Grupo assume o controlo, sobre as suas actividades, até ao momento em que esse controlo cessa.

São incluídas nas demonstrações financeiras, consolidadas integralmente, as seguintes subsidiárias:

Empresa	Actividade	Sede	% capital detido	Capitais próprios	Resultados líquidos
Hotel Riz, SA	Hotelaria	Lisboa	100,00	18.175.309,78	-1.807.791,93
Galerias Ritz Imobiliária, SA	Imobiliária	Lisboa	100,00	7.227.822,05	-35.484,50
Parque Ritz Imobiliária, SA	Imobiliária	Lisboa	100,00	959.913,72	17.479,31
Sodimparque Parqueamento e Garagens , SA	Gestão de parques e garagens	Lisboa	100,00	22.741,30	604,44
Capital Hotel BV (a)	Serviços financeiros	Holanda	100,00	16.981.374,00	-2.494.895,00

(a) Os valores dos capitais próprios e resultados líquidos desta Sociedade incluem a subsidiária Hotel Villa Magna SL (Espanha), os quais estão anulados na consolidação do Grupo

SODIM – SGPS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas IFRS
para os exercícios findos em 2005 e 2004

Associadas

São classificadas como associadas as empresas sobre as quais o Grupo exerce influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Os investimentos em associadas são consolidados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

É incluída nas demonstrações financeiras, consolidada pelo método da equivalência patrimonial, a seguinte associada:

Empresa	Actividade	Sede	% capital detido	Capitais próprios	Resultados líquidos
Semapa, SGPS, SA	Soc.gestora participações sociais	Lisboa	22,10	1.246.552.838,00	334.184.466,00

Goodwill

O Grupo regista as aquisições de empresas subsidiárias e associadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos, instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial da adquirida.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – *Concentrações de Actividades Empresariais*. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo intangível é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre companhias do grupo, são eliminados no processo de consolidação.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

c) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

d) Instrumentos financeiros

(i) Classificação

Os instrumentos financeiros de negociação são os instrumentos detidos pelo Grupo com o objectivo principal de gerar lucro a curto prazo e incluem derivados não designados como instrumentos de cobertura. As flutuações no justo valor dos referidos instrumentos são reconhecidos em resultados do exercício. Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros que não se enquadram na definição de derivados e que não são classificados como investimentos detidos até à maturidade ou instrumentos financeiros de negociação.

(ii) Data de reconhecimento

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data da realização das operações.

(iii) Activos e passivos financeiros de negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura e eficaz) são classificados como de negociação. Os activos e passivos financeiros de negociação são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor, periodificação de juros e recebimento de dividendos são reconhecidos na rubrica “resultados em operações financeiras” da demonstração de resultados.

e) Contabilidade de cobertura

(i) Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro resultantes de actividades de financiamento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. A contabilidade de cobertura é utilizada sempre que exista uma relação entre o elemento coberto e o instrumento de cobertura, que verifique as seguintes condições:

- À data de início da relação de cobertura a mesma encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade prospectiva da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção (prospectivamente) e ao longo da vida da operação (retrospectivamente);
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

(ii) Cobertura de fluxos de caixa (“Cash flow hedge”)

A parte efectiva das variações de justo valor dos derivados designados e que se classificam como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefectiva da relação de cobertura é reconhecida por contrapartida de resultados, no momento em que ocorre.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para a demonstração de resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Contudo, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos no custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios na data mantém-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(ii) Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de inceptção e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto.

Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre. Quando a efectividade da relação de cobertura está fora do intervalo de 80 a 125 por cento a contabilidade de cobertura é descontinuada.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

g) Activos tangíveis

Os activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Conforme referido na Nota 2 a), na data da transição para os IFRS, o Grupo decidiu considerar como custo o valor reavaliado dos seus activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era semelhante ao custo depreciado mensurado de acordo com os IFRS ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	10 a 40
Equipamento básico	3 a 15
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 19
Outras imobilizações corpóreas	3 a 18

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do período.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

h) Activos intangíveis

Propriedade horizontal e outros direitos

Os activos intangíveis que apresentam vida útil finita encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade, conforme referido na nota 2 alínea g). As amortizações dos activos intangíveis são calculadas com base no método das quotas constantes, de acordo com o seguinte período de vida útil:

	Número de anos
Propriedade industrial e outros direitos	10

i) Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 *Locações*. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

j) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu valor de custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários deve incluir todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizados ao custo médio.

k) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado deduzido das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

l) Benefícios aos empregados

Prémio de Jubilação

De acordo com o estabelecido no convénio em vigor para as sociedades espanholas do ramo da hotelaria, a Hotel Villa Magna, S.L. está obrigada a satisfazer um prémio aos empregados que se reformem com mais de 10 anos de serviço contínuo na empresa. Este prémio, que é variável em função do tempo de permanência do empregado na sociedade, não será pago aos empregados que incorram em incapacidade absoluta ou invalidez permanente ou em caso de falecimento do empregado ou despedimento procedente de uma sentença judicial.

De acordo com a normativa vigente em Espanha os compromissos por pensões e obrigações similares assumidas pela Hotel Villa Magna, S.L. deverão formalizar-se antes do dia 31 de Dezembro de 2006 mediante a contratação de seguros de vida colectivos ou a constituição de um fundo de pensões junto de entidades externas. No dia 31 de Dezembro de 2005 a rubrica relativa a benefícios aos empregados inclui o montante provisionado pelo Hotel Villa Magna, S.L. para cobrir tais compromissos.

As responsabilidades do Grupo com o Prémio de *Jubilação* são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos actuariais.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em resultados.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido em resultados quando incorrido.

Anualmente, o Grupo reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) reformas antecipadas e (iv) perdas e ganhos actuariais.

Remunerações variáveis

Em algumas sociedades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em Assembleia-Geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração. Também em algumas sociedades do Grupo os Conselhos de Administração aprovam anualmente o pagamento aos demais colaboradores de uma remuneração variável (bónus) com base em determinados critérios objectivos previamente definidos. As remunerações variáveis são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

m) Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

n) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

o) Resultados financeiros

Os custos líquidos de financiamento incluem os juros pagos pelos empréstimos, juros recebidos de aplicações, dividendos recebidos, ganhos e perdas de diferenças de câmbio, ganhos e perdas relativos a instrumentos financeiros e variações de justo valor do risco coberto.

Os juros recebidos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, considerando o método da taxa de juro efectiva. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao recebimento dos dividendos. Os juros relativos a leasings financeiros são reconhecidos considerando o método das taxas de juro efectivas.

p) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro ou diferenças temporárias tributáveis capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

q) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas da empresa mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias. Não existem acções próprias detidas pelo Grupo.

r) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

s) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio. O Grupo considera como segmentos de negócio a hotelaria e outras operações.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos. Os segmentos geográficos repartem-se por Portugal e Espanha.

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade, sendo determinadas por entidades externas.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos activos de Longo Prazo

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que a seu valor líquido não é recuperável.

O *goodwill* é revisto para efeitos de imparidade quando factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando, as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados do Grupo.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseados na avaliação efectuada pela Administração da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade dos saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da determinação da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e consequentemente diferentes impactos em resultados.

Reconhecimento de proveitos/rédito

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas respectivas rubricas de activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes facturados nas prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abates e descontos depois da eliminação das vendas intragrupo. A facturação do negócio hoteleiro é efectuada diariamente. As facturas diárias são baseadas nos consumos efectivos de cada cliente.

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em três jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela SODIM, SGPS, S.A., e pelas suas subsidiárias portuguesas durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da SODIM, SGPS, S.A. e das suas subsidiárias e associadas, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por benefícios a empregados (prémio de jubilação) requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. Políticas de gestão de risco financeiro

As actividades do Grupo SODIM expõem-se a uma variedade de riscos financeiros, sobretudo os efeitos de alterações de taxas de juro. A exposição do Grupo a riscos financeiros reside essencialmente na sua carteira de dívida, resultando em riscos de taxa de juro. A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada continuamente em consonância com a política de gestão de riscos do Grupo de forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira, e são utilizados instrumentos financeiros derivados para a cobertura da taxa de juro.

Todas as operações realizadas com instrumentos financeiros derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova os documentos formais descritivos dos objectivos das mesmas.

Gestão do risco da taxa de juro

Os fluxos de caixa operacionais e financeiros do grupo são substancialmente independentes da flutuação dos mercados de taxa de juro apesar do Grupo possuir equivalentes de caixa de volume substancial que rendem juros

A política de gestão de risco de taxa de juro tem como objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição dos fluxos de caixa da dívida às flutuações do mercado através da contratação de instrumentos financeiros derivados ("cap" e estruturas de "collars") para fixar um intervalo de variação para as taxas de juro do endividamento.

No contexto dos financiamentos a taxa variável, o Grupo recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro para cobertura de fluxos de caixa associados a pagamentos futuros de juros, que têm o efeito de limitar as possíveis variações de taxa de juro. O Grupo não tem dívidas contraídas a taxa fixa.

Todas as operações são realizadas sobre passivos existentes na dívida do Grupo e configuram, no entendimento do C.A., coberturas perfeitas através da efectividade das variações de "fair value" do investimento de cobertura e das variações de "fair value" do risco de taxa de juro.

Gestão do risco de crédito de contrapartes nas operações financeiras

A política do Grupo SODIM, em termos de risco de contraparte das operações financeiras, rege-se pela análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e exposição a cada contraparte, evitando-se concentrações significativas de risco de crédito. As contrapartes dos instrumentos financeiros derivados são instituições de crédito de elevada notação de crédito, pelo que não se atribui risco significativo de incumprimentos da contraparte. Neste sentido, não são exigidas garantias ou outros colaterais neste tipo de operações.

No que respeita às dívidas de terceiros, resultantes da actividade corrente do Grupo, o risco de crédito é avaliado casuisticamente antes do fecho dos contratos e garantido, na maior parte dos casos, por depósitos antecipados, garantia bancária ou cartão de crédito, considerando desta forma a existência de risco reduzido.

Gestão do risco de liquidez

O Grupo SODIM efectua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem acesso imediato a fundos com flexibilidade.

5. Prestação de serviços

A análise da **Prestação de serviços**, por sector de actividade, é a seguinte:

	Euros	
	2005	2004
Alojamento	21.203.655,13	24.184.662,91
Comidas	7.020.126,08	7.309.553,19
Bebidas	3.052.534,15	2.951.094,03
Outros	4.566.267,40	4.107.929,54
	35.842.582,76	38.553.239,67

A prestação de serviços , por mercados geográficos, é analisada como segue:

	Euros		
	2005		
	Portugal	Espanha	Grupo
Alojamento	10.461.219,72	10.742.435,41	21.203.655,13
Comidas	3.804.158,65	3.215.967,43	7.020.126,08
Bebidas	1.414.791,12	1.637.743,03	3.052.534,15
Outros	2.544.106,27	2.022.161,13	4.566.267,40
	18.224.275,76	17.618.307,00	35.842.582,76

	Euros		
	2004		
	Portugal	Espanha	Grupo
Alojamento	14.316.537,84	9.868.125,07	24.184.662,91
Comidas	3.997.684,44	3.311.868,75	7.309.553,19
Bebidas	1.382.155,30	1.568.938,73	2.951.094,03
Outros	2.199.322,09	1.908.607,45	4.107.929,54
	21.895.699,67	16.657.540,00	38.553.239,67

SODIM – SGPS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas IFRS
para os exercícios findos em 2005 e 2004

6. Outros proveitos

A rubrica de **Outros proveitos** é analisada como segue:

	Euros	
	2005	2004
Proveitos suplementares	164.042,96	156.696,75
Subsídios à exploração	16.442,00	15.778,00
Ganhos em Imobilizações	9.196,94	8.518,80
Redução de provisões	633.813,60	0,00
Correcções relativas a exercícios anteriores	6.580,00	19.816,58
Outros proveitos	134.516,24	55.130,00
	964.591,74	255.940,13

7. Custo das matérias consumidas

	Euros	
	2005	2004
Comida	1.898.322,62	1.942.112,88
Bebida	500.181,26	470.449,03
Outros	1.166.507,22	1.329.682,90
	3.565.011,10	3.742.244,81

8. Fornecimento e serviços externos

A rubrica de **Fornecimento e serviços externos** é analisada como segue:

	Euros	
	2005	2004
Água	179.836,11	179.201,09
Combustíveis e outros fluídos	368.001,45	295.584,81
Electricidade	613.235,75	590.441,89
Comunicação	268.076,14	211.064,96
Seguros	202.517,36	208.921,33
Royalties	835.272,62	1.550.425,28
Transportes, deslocações e estadas	381.771,74	468.777,24
Comissões	929.159,00	1.290.847,81
Honorários	353.370,26	240.255,02
Rendas e alugueres	613.882,20	479.304,02
Conservação e reparação	850.189,87	974.412,71
Limpeza higiene e conforto	614.535,75	594.727,04
Publicidade e propaganda	476.867,49	501.328,10
Vigilância e segurança	365.709,13	382.274,63
Trabalhos especializados	894.346,68	904.364,40
Cedência de Pessoal	1.281.551,30	1.257.404,69
Outros fornecimentos e serviços	1.923.082,43	1.865.155,28
	11.151.405,28	11.994.490,30

SODIM – SGPS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas IFRS
para os exercícios findos em 2005 e 2004

9. Custos com o pessoal

A rubrica **Custos com o pessoal** é analisada como segue:

	Euros	
	2005	2004
Remunerações dos órgãos sociais	1.258.458,55	1.135.726,37
Remuneração dos empregados	10.539.418,89	10.870.177,13
Encargos sobre remunerações	2.686.303,72	2.727.778,83
Outros custos	1.427.642,89	1.828.452,34
	15.911.824,05	16.562.134,67

A rubrica **Remunerações dos órgãos sociais** decompõe-se da seguinte forma:

	Euros	
	2005	2004
Conselho de Administração:		
Sodim, SGPS	16.361,00	16.061,00
Órgãos sociais de outras empresas do grupo	1.242.097,55	1.119.665,37
	1.258.458,55	1.135.726,37
Fiscal Único/Conselho fiscal	29.251,00	24.500,00
	1.287.709,55	1.160.226,37

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é como segue:

	2005	2004
Directores/Chefias superiores	6	6
Quadros superiores	16	16
Quadros médios	57	42
Chefias intermédias	31	31
Profissionais altamente qualificados	246	235
Profissionais qualificados	130	130
Profissionais não qualificados	5	3
Total	491	463

Em 31 de Dezembro de 2005, o número de trabalhadores no activo, incluindo os contratados a prazo, era de 491 (463 em 2004). O número de trabalhadores referido inclui a totalidade dos trabalhadores de todas as empresas do perímetro de consolidação integral, assim como respectivos órgãos sociais.

SODIM – SGPS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas IFRS
para os exercícios findos em 2005 e 2004

10. Outros custos

A rubrica de **Outros custos** é analisada como segue:

	Euros	
	2005	2004
Impostos indirectos	519.387,14	344.531,86
Quotizações	18.628,70	21.257,70
Correcções relativas a exercícios anteriores	11.599,58	923,39
Donativos	1.006,00	1.024,00
Imparidade para créditos de cobrança duvidosa	68.359,76	27.287,97
Outros custos e perdas operacionais	6.129,03	10.056,75
	<u>625.110,21</u>	<u>405.081,67</u>

11. Amortizações

A rubrica de **Amortizações** é analisada como segue:

	Euros	
	2005	2004
Activos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	3.512.798,83	3.483.531,30
Equipamento básico	2.092.584,32	2.403.004,54
Equipamento de transporte	22.445,04	45.081,18
Equipamento administrativo e utensílios	175.763,64	173.518,07
Outras imobilizações corpóreas	341.843,15	114.425,61
	<u>6.145.434,98</u>	<u>6.219.560,70</u>
Activos intangíveis		
Amortização de propriedade industrial e outros direitos	145.700,00	145.700,00
Imparidade do "goodwill" do Hotel Villa Magna		3.358.946,66
	<u>145.700,00</u>	<u>3.504.646,66</u>
	<u>6.291.134,98</u>	<u>9.724.207,36</u>

Durante o exercício de 2004 foi identificada e registada uma imparidade no "goodwill" do Hotel Villa Magna.

12. Provisões do exercício

A rubrica de **Provisões do exercício** é analisada como segue:

	Euros	
	2005	2004
Dotação de provisões para outros riscos e encargos	162.000,00	472.920,00

SODIM – SGPS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas IFRS
para os exercícios findos em 2005 e 2004

13. Ganhos/(perdas) em associadas

	2005	2004
Aplicação do método de equivalência patrimonial na associada SEMAPA, SGPS, SA	73.751.771,06	41.803.235,95

14. Proveitos/(custos) financeiros

A rubrica dos **Resultados financeiros** é a seguinte:

	Euros	
	2005	2004
Proveitos Financeiros		
Juros obtidos	163.815,52	204.420,91
Diferenças de câmbio favoráveis	11.504,34	13.870,38
Outros ganhos financeiros	1.222,64	10.482,55
	176.542,50	228.773,84
Custos Financeiros		
Juros suportados	4.736.896,86	5.426.394,48
Serviços bancários	380.655,90	271.553,02
Diferenças de câmbio desfavoráveis	870,01	1.943,61
Outras perdas financeiras	74.130,07	67.224,11
	5.192.552,84	5.767.115,22
Resultados financeiros	-5.016.010,34	-5.538.341,38

15. Provisão para impostos sobre lucros

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante períodos subsequentes. Tanto em Portugal como em Espanha esse período é de 4 anos (sendo de 6 anos em Portugal caso existam prejuízos fiscais), tendo o último ano considerado como definitivamente liquidado pela administração fiscal sido o de 2000.

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamento, podem ser deduzidos aos lucros fiscais em anos seguintes, sendo o prazo de recuperação de 6 anos em Portugal e de 15 anos em Espanha.

As empresas do Grupo SODIM são tributadas pelos regimes individuais de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

SODIM – SGPS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas IFRS
para os exercícios findos em 2005 e 2004

A análise da **Provisão para impostos sobre lucros** é a seguinte:

	Euros	
	2005	2004
Impostos corrente		
Relativo ao exercício	-15.634,94	-20.197,64
	<u>-15.634,94</u>	<u>-20.197,64</u>
Impostos diferido		
Diferenças temporárias e reversões	583.644,83	566.154,92
Prejuízos fiscais	273.861,83	839.617,98
	<u>857.506,66</u>	<u>1.405.772,90</u>
	<u>841.871,71</u>	<u>1.385.575,26</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e taxa efectiva de IRC no Grupo, atendendo a que a principal operação geradora de resultados corresponde à apropriação proporcional dos ganhos em empresa associada os quais estão isentos de tributação pela aplicação do regime especial das sociedades gestoras de participações sociais, não apresenta outros ajustamentos significativos. Acresce que as restantes empresas do Grupo representativas em termos operacionais têm vindo a apresentar prejuízos fiscais.

16. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Euros			
	Saldo em 31.Dez.2004	Aumentos	Transferências e Abates	Saldo em 31.Dez.2005
Valor bruto				
Terrenos e recursos naturais	56.304.822,69			56.304.822,69
Edifícios e outras construções	90.585.824,95	155.580,29	1.186.869,97	91.928.275,21
Equipamento básico	33.854.294,84	382.137,54	-39.416,60	34.197.015,78
Equipamento de transporte	338.447,69		-88.977,42	249.470,27
Equipamento administrativo e utensílios	2.117.667,50	143.083,29	13.077,28	2.273.625,23
Outras imobilizações corpóreas	2.265.868,29	16.446,01	40.561,59	2.322.875,89
Imobilizações em curso	2.999.656,04	1.319.401,16	-1.201.092,24	3.117.964,96
	<u>188.466.582,00</u>	<u>2.016.648,29</u>	<u>-89.180,26</u>	<u>190.394.050,03</u>
Amortizações acumuladas				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	25.303.733,72	3.512.798,83		28.816.532,55
Equipamento básico	19.803.877,66	2.092.583,92	-3.033,48	21.893.428,10
Equipamento de transporte	178.643,80	22.445,04	-55.610,89	145.477,95
Equipamento administrativo e utensílios	935.269,39	175.764,04	-121,77	1.110.464,19
Outras imobilizações corpóreas	1.050.977,50	341.843,15	3.480,58	1.396.301,23
	<u>47.272.502,07</u>	<u>6.145.434,98</u>	<u>-55.732,66</u>	<u>53.362.204,02</u>
Valor líquido contabilístico	<u>141.194.079,93</u>	<u>-4.128.786,69</u>	<u>-33.447,60</u>	<u>137.031.846,01</u>

À data de 31 de Dezembro de 2005, para o Grupo, o valor bruto do activo corpóreo financiado por contratos de locação financeira ascende a 26.936,40 € (amortização acumulada de 13.468,20 Euros), e as respectivas rendas vincendas ascendem a 5.531,60 Euros.

O Conselho de Administração entende que os “fair-value” dos activos tangíveis são, pelo menos, equivalentes aos valores expressos no balanço.

SODIM – SGPS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas IFRS
para os exercícios findos em 2005 e 2004

17. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Euros			
	Saldo em 31.Dez.2004	Aumentos	Transferências e Abates	Saldo em 31.Dez.2005
Valor bruto				
Propriedade Industrial e outros direitos	1.457.000,00			1.457.000,00
Goodwill	1.808.400,00			1.808.400,00
	3.265.400,00			3.265.400,00
Amortizações acumuladas	401.467,00	145.700,00		547.167,00
Valor líquido contabilístico	2.863.933,00	-145.700,00		2.718.233,00

A rubrica de “Goodwill” diz respeito à associada SEMAPA, SGPS, SA e resulta da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial da Semapa à data da aquisição.

18. Investimentos financeiros em associadas

Esta rubrica refere-se à associada SEMAPA, SGPS, SA. relativamente à qual o Grupo detém uma participação de cerca de 22,1%.

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Euros	
	2005	2004
Valor líquido em 1 de Janeiro	85.218.689,94	48.226.017,00
Resultado proporcional apropriado	73.751.771,06	41.803.235,95
Dividendos recebidos	-2.872.650,00	-2.611.500,00
Outras variações nos capitais próprios	-890.624,00	-2.199.063,01
Valor líquido em 31 de Dezembro	155.207.187,00	85.218.689,94

À data de 31 de Dezembro de 2005 a cotação da referida associada na Euronext Lisboa é de 6,81 Euros por acção, o que representa um *fair value* do investimento financeiro de 177.843.150 Euros.

Não se verificou qualquer movimento de **Imparidade de investimentos financeiros em associadas**.

Os principais indicadores da associada SEMAPA, SGPS, SA são como se segue:

	Euros	
	2005	2004
Activos	3.473.645.689,00	3.837.115.285,00
Passivos	2.227.092.851,00	2.953.064.918,00
Proveitos	1.975.544.590,00	947.091.314,00
Lucro do exercício	334.184.466,00	189.419.074,00

SODIM – SGPS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas IFRS
para os exercícios findos em 2005 e 2004

19. Impostos diferidos activos e passivos

O Grupo SODIM regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual analisado por empresa é como segue:

Os movimentos de **Impostos Diferidos Activos e Passivos** das empresas em continuação são analisados como segue:

	Euros					
	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos		Saldo líquido Impostos Diferidos	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Prejuízos fiscais	2.103.344,00	1.803.664,00	-	-	2.103.344,00	1.803.664,00
Provisões	242.817,00	227.898,00	-	-	242.817,00	227.898,00
Activos intangíveis	23.357,00	45.983,00	-	-	23.357,00	45.983,00
Instrumentos financeiros	98.320,00	116.431,00	-	-	98.320,00	116.431,00
Reavaliação contabilística	-	-	11.689.542,00	12.139.140,00	-11.689.542,00	-12.139.140,00
Empréstimos	-	-	349.131,00	483.178,00	-349.131,00	-483.178,00
	2.467.838,00	2.193.976,00	12.038.673,00	12.622.318,00	-9.570.835,00	-10.428.342,00

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, para os exercícios de 2004 e 2005, são os seguintes:

	Euros	
	2005	2004
Saldo em 1 de Janeiro	-10.428.342,00	-
Dotação a resultados	857.506,65	1.405.772,90
Dotação a reservas		
Prejuízos fiscais	-	952.314,10
Provisões	-	217.003,00
Activos intangíveis	-	68.609,00
Instrumentos financeiros	-	116.431,00
Activos tangíveis	-	-12.588.737,00
Empréstimos (juro taxa efectiva)	-	-599.735,00
Saldo em 31 de Dezembro	-9.570.835,35	-10.428.342,00

SODIM – SGPS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas IFRS
para os exercícios findos em 2005 e 2004

O detalhe dos prejuízos fiscais no Grupo é analisado como segue:

	Euros	
	2005	2004
Data limite do reporte		
2007	1.675.540,00	1.680.670,00
2008	2.048.236,00	2.048.236,00
2009	2.822.623,00	2.822.623,00
2010	1.216.937,00	1.216.937,00
2011	2.504.222,00	-
2016	462.549,00	462.549,00
2017	127.329,00	127.329,00
2018	1.474.601,00	1.474.601,00
2019	2.137.251,00	2.137.251,00
2020	1.138.911,00	-
	15.608.199,00	11.970.196,00

Do valor de prejuízos fiscais acima, 6.191.982 Euros já estão registados (à respectiva taxa de imposto) na rubrica de impostos diferidos.activos.

20. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Euros	
	2005	2004
Matérias primas subsidiárias e de consumo	844.352,53	790.371,26
Mercadorias	2.898,04	7.905,59
Total	847.250,57	798.276,85

21. Clientes

A análise da rubrica de **Clientes** é como segue:

	Euros	
	2005	2004
Clientes Curto Prazo - Corrente		
Clientes c/c	1.934.922,56	1.695.176,95
Clientes de cobrança duvidosa	338.432,99	386.413,44
	2.273.535,55	2.081.590,39
Imparidade para créditos de cobrança duvidosa	-343.612,82	-365.484,69
	1.929.922,73	1.716.105,70

SODIM – SGPS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas IFRS
para os exercícios findos em 2005 e 2004

Os movimentos da **provisão para riscos de cobrança** são analisados como segue:

	Euros	
	2005	2004
Saldo no início do exercício	365.484,69	339.739,72
Dotação do exercício	68.359,76	27.287,97
Reduções	-44.253,63	0,00
Utilizações	-45.978,00	-1.543,00
Saldo no final do exercício	343.612,82	365.484,69

22. Devedores e outros activos

A rubrica de **Devedores e outros activos** é analisada como segue:

	Euros	
	2005	2004
Devedores e outros activos Curto Prazo - Corrente		
Adiantamentos a fornecedores	20.074,74	31.921,79
Outros devedores:		
Outros acréscimos de proveitos		2.750,00
Seguros	109.408,28	24.937,15
Custos Financeiros	8.769,64	43.867,18
Outros Custos diferidos	60.038,62	132.333,21
Outros devedores e operações diversas	331.774,74	220.973,26
	530.066,02	456.782,59

23. Impostos a receber

A rubrica de **Impostos a receber** é analisada como segue:

	Euros	
	2005	2004
IRC	127.871,96	97.331,15
IRS	27.154,00	28.109,82
IVA	4.685,66	53.974,85
	159.711,62	179.415,82

24. Caixa e disponibilidades em bancos

A rubrica de **Caixa e disponibilidades em bancos** é analisada como segue:

	Euros	
	2005	2004
Numerário:		
- Caixa	91.800,00	94.500,00
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	516.154,84	523.789,27
- Depósitos a prazo	77.415,00	26.956,00
- Depósitos a prazo em bancos estrangeiros	9.026.980,00	10.418.464,95
	9.620.549,84	10.969.210,22
	9.712.349,84	11.063.710,22
Equivalentes a caixa:		
"Overdrafts" (ver nota 27)	-587.594,49	
	9.124.755,35	11.063.710,22

25. Capital

O Capital Social de 32.832.000 Euros, representado por 2.736.000 acções de valor nominal de 12 Euros, encontra-se integralmente realizado.

Os resultados por acção (EPS) atribuíveis aos accionistas, são analisados como segue:

	Euros	
	2005	2004
Resultado por acção	25,10	12,27

O Grupo Sodim calcula o seu resultado básico e diluído por acção usando a média ponderado das acções em circulação emitidas durante o período de relato.

26. Reservas

A rubrica de **Reservas** é analisada como segue :

	Euros	
	2005	2004
Reserva legal	4.654.305,11	3.129.201,35
Ajustamentos em partes da capital	8.828.087,72	9.718.708,72
Outras reservas	51.173.494,41	25.076.000,00
	64.655.887,24	37.923.910,07

SODIM – SGPS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas IFRS
para os exercícios findos em 2005 e 2004

Reserva legal

Em conformidade com o Artº 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Sodim, a Reserva Legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só poder ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Ajustamentos em partes de capital

Esta rubrica reflecte as variações ocorridas nos capitais próprios da associada SEMAPA, SGPS, SA.

Outras reservas

Esta rubrica refere-se essencialmente a reservas livres e inclui a parte não distribuída do resultado líquido de 2004.

27. Empréstimos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Euros	
	2005	2004
Empréstimos de curto prazo - corrente		
Empréstimos bancários "Overdrafts"		
Banco Espírito Santo	587.594,49	
Empréstimos bancários		
Banco Espírito Santo	92.984,66	817.280,65
Banco BPI		113.476,51
Banco Comercial Português	883.882,57	
Eurohypo	1.823.450,00	2.721.300,00
Outros Empréstimos		
Fundo de Turismo	198.243,64	238.647,76
	3.586.155,36	3.890.704,92
Empréstimos de longo prazo - não corrente		
Empréstimos bancários		
Eurohypo	91.575.485,47	93.284.160,47
Empréstimos por obrigações - não convertíveis		
Banco Espírito Santo	31.907.980,31	31.523.361,31
Outros Empréstimos		
Fundo de Turismo	282.683,31	480.926,95
	123.766.149,09	125.288.448,73

O Grupo detém, ao nível da Hotel Ritz, S.A., facilidades de crédito de curto prazo no montante de 5 milhões de Euros indexados à taxa Euribor do período de utilização acordado com condições de margem previamente acordadas.

Os empréstimos bancários em Euros encontram-se associados à taxa variável indexada à Euribor a 1 ou 3 meses.

SODIM – SGPS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas IFRS
para os exercícios findos em 2005 e 2004

O detalhe do **Empréstimo obrigacionista** à data de 31 de Dezembro de 2005 é o seguinte:

Emitente: SODIM, SGPS, S.A.

Valor de Emissão: 32.421.863,31 euros

Data de Emissão: 10-04-1997

Taxa de Juro: Euribor a 6 meses acrescida de:

1º ao 10º cupão: 0,225 %
11º ao 12º cupão: 0,2875 %
13º e 14º cupão: 0,35 %
15º e 16º cupão: 0,4125 %
17º e 18º cupão: 0,475 %
19º e 20º cupão: 0,5375 %

Prazo: O empréstimo tem uma duração máxima de 10 anos. A amortização será efectuada ao par, de uma só vez, no final do prazo do empréstimo

A análise da rubrica de **Empréstimos**, por maturidade, é a seguinte:

	Euros	
	2005	2004
Empréstimos bancários e "overdrafts":		
Até 1 ano	1.762.705,36	1.169.404,92
De 1 ano a 5 anos	282.683,31	480.926,95
	<u>2.045.388,67</u>	<u>1.650.331,87</u>
Empréstimos obrigacionistas:		
De 1 ano a 5 anos	31.907.980,31	31.523.361,31
	<u>31.907.980,31</u>	<u>31.523.361,31</u>
Empréstimos Hipotecários:		
Até 1 ano	1.823.450,00	2.721.300,00
De 1 ano a 5 anos	10.562.066,05	9.815.904,84
A mais de 5 anos	81.013.419,42	83.468.255,63
	<u>93.398.935,47</u>	<u>96.005.460,47</u>
	<u>127.352.304,45</u>	<u>129.179.153,65</u>

O Conselho de Administração da SODIM, SGPS, SA e das suas subsidiárias considera que é expectável que as condições financeiras dos empréstimos em vigor seja substancialmente idênticas às obteníveis a 31 de Dezembro de 2004 e 31 de Dezembro de 2005 se o Grupo decidisse recorrer ao mercado para contratar novos financiamentos com o mesmo objectivo e pelos mesmos montantes e prazos. Assim, o valor de mercado dos empréstimos deverá ser substancialmente idêntico aos valores constantes do Balanço.

SODIM – SGPS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas IFRS
para os exercícios findos em 2005 e 2004

28. Benefícios aos empregados

A rubrica de **Benefícios aos empregados** corresponde à provisão para responsabilidades e benefícios aos empregados do Htel Villa Magna e é analisada da seguinte forma:

	Euros	
	2005	2004
Saldo no início do exercício	651.137,00	620.008,00
Dotação do exercício	94.070,00	67.548,00
Utilizações	-65.704,00	-36.419,00
Saldo no final do exercício	679.503,00	651.137,00

A Hotel Villa Magna, S.L. está obrigada a satisfazer um prémio aos empregados que se reformem com mais de 10 anos de serviço contínuo na empresa. Este prémio, é variável em função do tempo de permanência do empregado na Sociedade, não sendo pago aos empregados que incorram em incapacidade absoluta ou invalidez permanente ou em caso de falecimento do empregado ou despedimento procedente de uma sentença judicial.

A provisão constituída a 31 de Dezembro de 2005 corresponde ao prémio de jubilação e ao valor total das obrigações dele decorrentes, calculado com base num estudo actuarial preparado por peritos actuariais utilizando, entre outras, as seguintes hipóteses financeiro-actuariais como base de cálculo:

Taxa de juro técnica de 3,5% ao ano acumulada
Evolução salarial de 2,5% ao ano acumulada
Taxa de inflação de 2% ao ano acumulada
Tabelas de mortalidade PERM/F 2000

29. Provisões para riscos e encargos

A rubrica de **Provisões para riscos e encargos** é analisada como se segue:

	Euros	
	2005	2004
Provisão para processos judiciais em curso		50.920,00
Provisão para outros riscos e encargos	788.869,00	1.165.509,00
	788.869,00	1.216.429,00

O movimento da **Provisão para processos judiciais em curso** é como se segue:

	Euros	
	2005	2004
Saldo no início do exercício	50.920,00	
Dotação do exercício		50.920,00
Reversão	-50.920,00	
Saldo no final do exercício		50.920,00

SODIM – SGPS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas IFRS
para os exercícios findos em 2005 e 2004

O movimento da **Provisão para outros riscos e ncargos** é como se segue:

	Euros	
	2005	2004
Saldo no início do exercício	1.165.509,00	745.012,00
Dotação do exercício	162.000,00	422.000,00
Reversão	-538.640,00	-1.503,00
Saldo no final do exercício	788.869,00	1.165.509,00

Estas provisões foram registadas tendo como base a probabilidade de ocorrência de certas contingências relacionadas com a actividade do Grupo.

30. Impostos a pagar

A rubrica de **Impostos a pagar** é analisada como segue:

	Euros	
	2005	2004
IRC	15.088,69	8.365,21
IRS	228.755,73	164.960,37
IVA	175.274,32	29.362,14
Seg Social	278.810,21	121.109,69
Outros impostos	230.550,30	619.429,72
	928.479,25	943.227,13

31. Credores e outros passivos

A rubrica de **Credores e outros passivos** é analisada como segue:

	Euros	
	2005	2004
Credores de curto prazo - corrente		
Fornecedores	2.044.440,34	2.209.743,55
Fornecedores de Imobilizado	112.103,32	77.967,08
Adiantamento de Clientes	1.166.174,46	945.927,41
Outros accionistas	2.823,83	23.231,44
Outros credores	22.738,32	16.735,31
Férias, susídios de férias e outros encargos	1.067.984,60	1.028.925,76
Juros a liquidar	1.058.651,38	882.481,78
Outros acréscimos de custos	686.528,58	786.996,00
Outros proveitos diferidos	377.328,29	247.876,54
Outros credores e operações diversas	596.832,61	665.844,35
	7.135.605,73	6.885.729,22

32. Derivados de cobertura

Esta rubrica no montante de 15.539 Euros corresponde a um “cap” contratado pelo Grupo para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposto às variações de justo valor, ou a variações de “cash-flows” ou se se encontra perante cobertura de transacções futuras.

A partir de 1 de Janeiro de 2005, o Grupo, para aquelas relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da norma IAS 39, passou a adoptar a contabilidade de cobertura formal, nomeadamente o modelo de cobertura de variações de “cash-flows”.

O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

As variações associadas ao justo valor dos instrumentos de cobertura, no montante de 34.614 Euros foram registadas em 2005 em resultados do exercício, correspondendo esses valores à parte inefectiva destas coberturas, com base no “fair value” dos instrumentos financeiros à data de 31 de Dezembro de 2005, calculados por entidades financeiras externas.

A análise comparativa “nocional” e do “fair value” do derivado de cobertura, por maturidade, em 31 de Dezembro de 2005, é a seguinte:

	Euros	
	Nacionais com prazo remanescente	Fair values
	Superior a 3 anos	Activo
"Cap"	32.167.000,00	15.539,00
	32.167.000,00	15.539,00

33. Compromissos

O montante de 125.300 milhares de euros do total das dívidas a terceiros apresentado no balanço consolidado está coberto por garantias reais prestadas pelas empresas incluídas na consolidação.

As obrigações de pagamento que emergem para a Empresa da emissão do empréstimo obrigacionista, nomeadamente reembolso de capital e pagamento de juros, remuneratórios e de mora, estão garantidas por penhor, inicialmente constituído, sobre 25.000.000 acções representativas de 21,13% do capital social da sociedade SEMAPA-Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A..

O penhor de acções da SEMAPA tem um grau de cobertura (produto do valor de cotação pelo número de acções dadas em penhor a dividir pelo valor em dívida do empréstimo) com um mínimo de 1,3x com revisão cupão a cupão.

O empréstimo bancário contratado com o Banco Eurohypo pela empresa Hotel Villa Magna, SL, no montante de 65.500 milhares de euros, está garantido por hipoteca do Hotel Villa Magna.

O empréstimo hipotecário contratado entre o Banco Eurohypo e a Hotel Ritz, S.A, no montante de 33.860 milhares de euros, encontra-se garantido por hipoteca do Hotel Ritz.

34. Transição e Implementação das contas “International Financial Reporting Standards”

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei nº. 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Sodim devem ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) a partir do exercício de 2005. Nessa base, com efeito a 1 de Janeiro de 2005 estas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em conformidade com os IFRS tal como adoptadas pela União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores.

A informação financeira foi preparada com base em expectativas, análises, pressupostos e estimativas, as quais envolvem um grau de risco e incerteza, podendo ocorrer diferenças materiais entre os resultados reais e as estimativas apuradas.

SODIM – SGPS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas IFRS
para os exercícios findos em 2005 e 2004

As diferenças entre as normas locais e as IFRS, com impacto nas demonstrações financeiras em 1 de Janeiro de 2004 e em 31 de Dezembro de 2004, e reconciliação dos capitais próprios e resultados nas referidas datas, são apresentadas como segue:

		Euros	
		31 de Dezembro de 2004	1 de Janeiro de 2004
		Capitais Próprios	Resultado Líquido
			Capitais Próprios
Capitais próprios (PCGA em Portugal)		102.748.304,99	30.502.075,15
Ajustamentos de transição			
Ajustamentos na associada	(a)	379.310,97	1.621.058,95
Activos intangíveis	(b)	-131.381,00	89.595,60
Amortização do "Goodwill"	(c)	361.680,00	361.680,00
Empréstimos - Juros (método taxa efectiva)	(d)	1.702.754,18	-421.611,88
Operações de cobertura (derivados)	(e)	-395.198,09	
Impostos diferidos	(f)	-10.428.342,00	1.405.773,00
Total ajustamentos de transição		-8.511.175,94	3.056.495,67
Capitais Próprios (IFRS)		94.237.129,05	33.558.570,82

a) Ajustamentos na associada

Com referência a 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2004 foram efectuados ajustamentos nos capitais próprios decorrentes de variações ocorridas nos capitais próprios da associada SEMAPA, SGPS, S.A. em resultado da transição das normas de acordo com os PCGA locais para as normas IFRS com a correspondente contrapartida no valor dos Investimentos Financeiros.

b) Activos intangíveis

De acordo com os PCGA em Portugal, as despesas de instalação e outros custos diferidos são capitalizados e amortizados pelo período de vida útil. As IFRS, consideram que essas despesas são custos do período em que ocorrem, não sendo capitalizáveis, excepto se for expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros e esses benefícios possam ser determinados com fiabilidade.

c) Amortização do goodwill

De acordo com os PCGA em Portugal, o "goodwill" apurado na aquisição de participações em subsidiárias e empresas associadas, resultante da diferença entre o custo de aquisição e a proporção do justo valor dos activos adquiridos, é amortizado pela vida útil estimada, não excedendo 20 anos.

As IFRS determinam que o "goodwill", incluindo aquele gerado anteriormente existente à data de transição, não seja amortizado, mas antes sujeito a testes de imparidade, realizados com uma periodicidade mínima anual. Desta forma, as amortizações do "goodwill" efectuadas durante o exercício de 2004, em conformidade com os PCGA em Portugal, foram revertidas em IFRS. Adicionalmente, o Grupo procede à análise periódica do valor do "goodwill" com o objectivo de identificar as perdas por imparidade que não sejam temporárias.

d) Empréstimos

Nos termos da IAS 39 os custos iniciais associados aos empréstimos contraídos, independentemente de já terem sido registados em custos ou de se encontrarem a ser diferidos de forma linear, foram agregados aos respectivos financiamentos para efeitos de determinação da taxa de juro efectiva, tendo sido os financiamentos contabilizados, após este apuramento, pelo método do custo amortizado.

Em consequência da aplicação desta norma registaram-se os respectivos impactos nos capitais próprios por contrapartida do valor dos empréstimos.

e) Operações de cobertura

Nos termos das regras de transição definidas pelo IFRS 1, considerando que foi preparada toda a documentação necessária, de acordo com os requisitos da IAS 39, e que as operações foram contratadas com o objectivo de cobrir o risco de taxa de juro, as referidas operações foram consideradas como sendo de cobertura desde a data da transição.

O Grupo Sodim adoptou, nos termos definidos pela IAS 39, os modelos de contabilidade de cobertura do justo valor de cash flows, pelo que as alterações do justo valor de passivos cobertos foram reconhecidos em resultados transitados como um ajustamento de transição, de acordo com a IFRS 1.

f) Impostos diferidos

De acordo com a política contabilística do Grupo Sodim, os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Nesse sentido, os ajustamentos relativos a impostos diferidos efectuados no âmbito da adopção das IFRS respeitam essencialmente ao registo decorrente da reavaliação de activos tangíveis na subsidiária Hotel Villa Magna, S.L. cuja amortização não é integralmente dedutível para efeitos fiscais bem como os relacionados com o impacto dos ajustamentos mencionados anteriormente, sempre que nos termos da IAS 12, existam diferenças temporárias entre os princípios contabilísticos e as regras fiscais que resultam em activos ou passivos por impostos diferidos.

SODIM – SGPS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas IFRS
para os exercícios findos em 2005 e 2004

35. Reconciliação dos Balanços e das Demonstrações de resultados estatutários com Pro-forma com referência a 31 de Dezembro de 2004 e a 31 de Dezembro de 2004

Balanço

	Euros		
	POC	Ajustamentos de Transição	IFRS
ACTIVO			
Activos fixos tangíveis	141.194.079,93		141.194.079,93
Activos intangíveis	2.995.314,00	-131.381,00	2.863.933,00
Investimentos financeiros em associadas	84.477.699,00	740.990,94	85.218.689,94
Impostos diferidos activos		2.193.976,00	2.193.976,00
Total de activos não correntes	228.667.092,93	2.803.585,94	231.470.678,87
Inventários	798.276,85		798.276,85
Clientes	1.716.105,70		1.716.105,70
Devedores e outros activos	2.351.971,00	-1.895.188,41	456.782,59
Derivados de cobertura		50.153,00	50.153,00
Impostos a receber	179.415,82		179.415,82
Caixa e disponibilidades em bancos	11.063.710,22		11.063.710,22
Total de activos correntes	16.109.479,59	-1.845.035,41	14.264.444,18
Total do activo	244.776.572,52	958.550,53	245.735.123,05
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital social	32.832.000,00		32.832.000,00
Reservas	44.823.083,57	-6.899.173,50	37.923.910,07
Resultados acumulados	-5.408.853,73	-4.668.498,11	-10.077.351,84
Resultado líquido	30.502.075,15	3.056.495,67	33.558.570,82
Total dos capitais próprios	102.748.304,99	-8.511.175,94	94.237.129,05
PASSIVO			
Empréstimos obtidos	128.441.040,26	-3.152.591,53	125.288.448,73
Benefícios aos empregados	651.137,00		651.137,00
Provisões para riscos e encargos	1.216.429,00		1.216.429,00
Impostos diferidos passivos		12.622.318,00	12.622.318,00
Total de passivos não correntes	130.308.606,26	9.469.726,47	139.778.332,73
Empréstimos obtidos	3.890.704,92		3.890.704,92
Impostos a pagar	943.227,13		943.227,13
Credores e outros passivos	6.885.729,22		6.885.729,22
Total dos passivos correntes	11.719.661,27		11.719.661,27
Total do passivo	142.028.267,53	9.469.726,47	151.497.994,00
Total dos capitais próprios e passivo	244.776.572,52	958.550,53	245.735.123,05

SODIM – SGPS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas IFRS
para os exercícios findos em 2005 e 2004

Demonstração de resultados

	Euros		
	POC	Transição	IFRS
Prestação de serviços	38.553.239,67		38.553.239,67
Outros proveitos	167.094,37	88.845,76	255.940,13
	38.720.334,04	88.845,76	38.809.179,80
Custo das matérias consumidas	-3.742.244,81		-3.742.244,81
Fornecimentos e serviços de terceiros	-11.996.361,28	1.870,98	-11.994.490,30
Custos com pessoal	-16.562.134,67		-16.562.134,67
Outros custos	-365.789,56	-39.292,11	-405.081,67
	-32.666.530,32	-37.421,13	-32.703.951,45
	6.053.803,72	51.424,63	6.105.228,35
Amortizações	-10.175.482,42	451.275,06	-9.724.207,36
Provisões	-500.207,97	27.287,97	-472.920,00
	-4.621.886,67	529.987,66	-4.091.899,01
Ganhos/(perdas) em associadas	40.182.177,00	1.621.058,95	41.803.235,95
Proveitos financeiros	209.849,04	18.924,80	228.773,84
Custos financeiros	-5.345.503,34	-421.611,88	-5.767.115,22
	30.424.636,03	1.748.359,53	32.172.995,56
Resultados extraordinários	97.636,86	-97.636,86	
Resultados antes de impostos	30.522.272,89	1.650.722,67	32.172.995,56
Imposto sobre lucros	-20.197,74	1.405.773,00	1.385.575,26
Resultado líquido	30.502.075,15	3.056.495,67	33.558.570,82

36. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não se encontram em vigor estão actualmente a ser avaliadas pelo Grupo relativamente ao impacto que a sua adopção possa ter na elaboração e apresentação das suas Demonstrações Financeiras.

Até ao momento é convicção dos Conselhos de Administração da SODIM, SGPS, SA e das subsidiárias que as mesmas não terão impacto significativo na elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras.

SODIM – SGPS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas IFRS
para os exercícios findos em 2005 e 2004

37. Partes relacionadas

Nas contas individuais da Sodim , SGPS, SA existem empréstimos entre as Partes relacionadas (e os juros do exercício) são analisados como segue:

	Euros		Euros	
	2005		2004	
	Empréstimos	Juros	Empréstimos	Juros
De SODIM, SGPS, SA a empresas do Grupo:				
Galerias Ritz, SA	1.445.125,90	40.471,9	1.551.625,90	42.375,08
Capitals Hotels, BV	3.376.640,85	111,221,28	3.275.488,02	97.870,75
De empresas do Grupo a SODIM, SGPS, SA				
Hotel Ritz, SA	1.679.541,59	61.089,4	3.275.047,71	111.761,80
Parque Ritz, SA	87.000,00	1.602,1		

Não existem outros movimentos relevantes entre partes relacionadas. Todos estes saldos e transacções estão eliminados nas contas consolidadas.

SODIM – SGPS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas IFRS
para os exercícios findos em 2005 e 2004

38. Relato financeiro por segmentos de negócio

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um grupo de produtos relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

Relato de Segmentos - 2005

	Euros				
	Hotelaria		Outras Operações	Eliminações	Consolidado
	Portugal	Espanha			
Réditos					
Vendas externas	17.740.921,54	17.618.307,00	483.354,22		35.842.582,76
Vendas inter-segmentais			32.632,80	-32.632,80	
Réditos totais	17.740.921,54	17.618.307,00	515.987,02	-32.632,80	35.842.582,76
Resultados operacionais externos	-579.097,20	162.983,00	-483.193,92		-899.308,12
Resultados operacionais inter-segmentais	-56.032,07		56.032,07		
Resultados operacionais totais	-635.129,27	162.983,00	-427.161,85		-899.308,12
Resultados financeiros externos	-1.198.789,57	-2.474.342,48	-1.342.878,29		-5.016.010,34
Resultados financeiros inter-segmentais	-61.089,42		61.089,42		
Resultados financeiros totais	-1.259.878,99	-2.474.342,48	-1.281.788,87		-5.016.010,34
Parte de lucro líquido em associadas			73.751.768,06		73.751.768,06
Imposto sobre o rendimento	-10.120,51		851.992,22		841.871,71
Resultado líquido	-1.905.128,77	-2.311.359,48	72.894.809,56		68.678.321,31
OUTRAS INFORMAÇÕES					
Activos do segmento	54.466.047,33	86.899.838,64	169.254.057,82		310.619.943,79
Activos inter-segmentais	1.679.541,59			-1.679.541,59	
Total Activos	56.145.588,92	86.899.838,64	169.254.057,82	-1.679.541,59	310.619.943,79
Investimentos em associadas		77.415,00	83.413.449,00		83.490.864,00
Passivos do segmento	37.632.639,37	66.616.968,07	44.673.826,99		148.923.434,43
Passivos inter-segmentais			1.679.541,59	-1.679.541,59	
Total Passivos	37.632.639,37	66.616.968,07	44.673.826,99		148.923.434,43
Dispendios de capital fixo	1.647.092,45	367.534,00	1.800,51		2.016.426,96
Depreciações	2.591.936,36	3.583.011,00	116.186,62		6.291.133,98
Outros gastos não desembolsados (Provisões)	162.000,00				162.000,00

**Certificação legal de contas e
Relatório de auditoria**



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

Sodim, SGPS, S.A.
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
das contas consolidadas

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Sodim, SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2005, (que evidencia um total de 310.619.944 euros e um total de capital próprio de 161.696.509 euros, incluindo um resultado líquido de 68.678.321 euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada das alterações dos capitais próprios consolidados e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o respectivo Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sodim, SGPS, S.A.
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados; e,
 - f) a informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método de equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e,
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante no relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Sodim, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidado de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na união Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o seguinte:

8.1 Conforme nota 18 do Anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros consolidados incluem 155.207.187 euros referentes a uma participação na empresa associada SEMAPA, SGPS, S.A., activo este que corresponde a cerca de 50% do total do activo consolidado do Grupo Sodim. As demonstrações financeiras consolidadas da SEMAPA, SGPS, S.A., utilizadas por parte do Grupo para valorização desta associada através da aplicação do método de equivalência patrimonial, foram auditadas por outra empresa de auditoria, a qual emitiu em 10 de Março de 2006 uma opinião sem reservas.

Lisboa, 17 de Março de 2006



KPMG & Associados, SROC, S.A. (nº 189)
representada por
João Albino Cordeiro Augusto (ROC nº 632)



SODIM, SGPS, S.A.

Sodim, SGPS, S.A.

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
RELATIVO AO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005**

Exmos. Senhores Accionistas
e Exmo. Conselho de Administração da
Sodim, SGPS, S.A.

Durante o exercício acompanhámos, nos termos legais e estatutários, a gestão e evolução dos negócios da Sodim, SGPS, S.A. tendo tomado conhecimento dos actos de gestão da Administração da Sociedade, e verificado em base de amostragem os registos contabilísticos e os correspondentes documentos de suporte.

Do Conselho de Administração obtivemos sempre as informações e os esclarecimentos solicitados, o que nesta oportunidade agradecemos.

Procedemos à verificação da exactidão do Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005 a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada das alterações dos capitais próprios consolidados e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o respectivo Anexo. Verificámos igualmente que os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade, indicados no Anexo ao balanço, e com os quais concordamos, foram os subjacentes às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Nos termos do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada, elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e tomámos conhecimento da Certificação Legal das Contas consolidada, cujo conteúdo damos aqui por reproduzido, e à qual damos a nossa concordância.

Analisámos ainda o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o qual é esclarecedor da actividade da Sociedade neste exercício e ainda satisfaz os requisitos legais e estatutários.

Em conformidade com o exposto, somos de parecer que os documentos de prestação de contas acima referidos, lidos em conjunto, proporcionam um bom entendimento da situação financeira individual e consolidada em 31 de Dezembro de 2005 da Sodim, SGPS, S.A. podendo a Assembleia Geral da Sociedade aprovar:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas consolidadas da Sociedade em 31 de Dezembro de 2005;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.



SODIM, SGPS, S.A.

Nesta oportunidade manifestamos ao Conselho de Administração e demais pessoal da Empresa com quem tivémos oportunidade de contactar o nosso apreço por toda a colaboração recebida e a eficiência com que exerceu as suas funções.

Lisboa, 17 de Março de 2006

O CONSELHO FISCAL

Fernando Fortuny Martorell
(Presidente)

José Miguel Pereira Gens Paredes
(Vogal)

KPMG & Associados, SROC, S.A. (nº 189)
representada por
João Albino Cordeiro Augusto (ROC nº 632)



SODIM, SGPS, S.A.

ANEXO A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 447.º E 448.º DO C.S.C.

E O REGULAMENTO CMVM Nº 4/2004

Ações da sociedade de que são titulares os membros dos órgãos de administração e fiscalização:

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira.....134.318 acções
Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos252.918 acções
Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva1.392 acções

II Ações da sociedade de que são titulares sociedades em que os membros dos órgãos de administração e fiscalização exercem igualmente cargos de administração e fiscalização:

Cimianto – Gestão de Participações, S.A.114.688 acções
Vértice – Gestão de Participações, SGPS, S.A.438.780 acções

III Aquisição e alienação de acções da sociedade:

A sociedade Vértice – Gestão de Participações, SGPS, S.A. comunicou a aquisição, em 1 de Março de 2005, de 384 acções pelo valor unitário de €22,00 e a aquisição, em 17 de Maio de 2005, de 438 acções pelo mesmo valor unitário.

IV Participações qualificadas:

Entidades	Número de acções	% de direitos de voto e do capital
Vértice – Gestão de Participações, SGPS, S.A.,		
Considerando nos termos do artigo 20º do CVM a participação do seu administrador Pedro Mendonça de Queiroz Pereira acima indicada	573.098	20,95%
Cimianto – Gestão de Participações, S.A.,		
Considerando nos termos do artigo 20º do CVM as participações dos seus administradores Pedro Mendonça de Queiroz Pereira e Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos acima indicadas	383.324	14,01%
Moagens Associadas, S.A.	333.888	12,20%
Cimilonga – Imobiliária, S.A.,		
Considerando nos termos do artigo 20º do CVM a participação do seu administrador Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses de 10.000 acções e acções cuja compra foi apenas prometida	365.800	13,37%

Lisboa, 20 de Janeiro de 2006

EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL

Aos 3 de Abril de 2006, pelas 17 horas, reuniu em Lisboa, no Hotel Ritz, na Rua Rodrigo da Fonseca, 88-A, a Assembleia Geral Anual da SODIM, SGPS, S.A., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº. 22.641, Pessoa Colectiva nº. 500259674, com o capital social de 32.832.000 €uros, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

[...]

Pelas 17 horas e 10 minutos o Senhor Presidente, considerando que a Assembleia tinha sido regularmente convocada nos termos acima indicados, e que havia suficiente representação do capital social, declarou aberta a sessão, começando por agradecer a presença dos Senhores Accionistas.

[...]

Como nenhum accionista quisesse colocar qualquer questão o Senhor Presidente submeteu de seguida à votação o Relatório de Gestão e as Contas Individuais do exercício de 2005, bem como o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, que foram aprovados por unanimidade.

Entrando no segundo ponto da Ordem de Trabalhos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou de imediato à votação os documentos de consolidação de contas referentes ao exercício de 2005 que foram também aprovados por unanimidade.

De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral procedeu à leitura das propostas constantes dos Relatórios do Conselho de Administração referentes às contas individuais e consolidadas e relativas ao ponto terceiro da Ordem de Trabalhos:

a) Proposta de aplicação de resultados relativa às contas individuais:

“Face ao resultado apurado no exercício, propomos que o lucro de €uros 66.839.032,73 seja aplicado da seguinte forma:

Para Reserva Legal	1.912.094,89 euros
Para Reservas Livres	47.924.916,09 euros
Para Resultados Transitados	13.937.701,75 euros
Para Dividendos	3.064.320,00 euros

b) Proposta de aplicação de resultados relativa às contas consolidadas de acordo com os critérios IFRS:

“Face ao resultado apurado no exercício, propomos que o lucro de €uros 68.678.321,31 seja aplicado da seguinte forma:

Para Reserva Legal	1.912.094,89 euros
Para Reservas Livres	47.924.916,09 euros
Para Resultados Transitados	15.776.990,33 euros
Para Dividendos	3.064.320,00 euros

Antes de submeter estas propostas à discussão e votação o Senhor Presidente da Mesa informou os Senhores Accionistas que as mesmas mereceram o parecer favorável do Conselho Fiscal. Como ninguém quisesse usar da palavra passou-se à respectiva votação tendo sido as propostas em apreço aprovadas por unanimidade.

[...]